

Um minipacote para cumprir metas

Governo eleva IOF e taxaço de empresas para compensar atraso da nova CPMF e arrecadar 6,7 bi

Roberto Stuckert Filho

Leandra Peres, James Allen
e Roberto Cordeiro

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou ontem um minipacote fiscal para compensar o atraso na aprova  o da nova CPMF de 0,38% e da contribui  o de servidores inativos   Previdência pelo Congresso e garantir o cumprimento das metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A demora na aprova  o da CPMF — que são deverá entrar em vigor em junho — e da contribui  o dos inativos provocar   perda de receita de R\$ 6,7 bilhões do total que o Governo havia estimado arrecadar em 99 com o pacote fiscal anunciado em outubro. Agora, a equipe econ  mica pretende arrecadar R\$ 2 bilhões impedindo que as empresas considerem como despesas os gastos que têm com juros de empréstimos; R\$ 1,9 bilhão com o aumento do Imposto sobre Opera  es Financeiras (IOF); R\$ 1,4 bilhão com a antecipa  o dos recursos da venda do Sistema Telebrás e R\$ 100 milhões com mudanças na tributa  o de carros importados. A compensa  o para o R\$ 1,3 bilhão restante ainda não foi detalhada pelo Governo, pois faz parte de um outro conjunto de medidas em estudo.

Malan: temos como assegurar o resultado primário esperado

— Essas medidas representam o compromisso inabalável do Governo Fernando Henrique com o cumprimento das metas do programa de estabilidade fiscal e mostram que temos mecanismos para assegurar o resultado primário esperado, apesar de avalia  es não justificadas de que teríamos dificuldades por causa da rejei  o da cobrança da contribui  o dos inativos   Previdência e do atraso da entrada em vigor da CPMF — disse Malan.

Apesar de acreditar que o Congresso aprovar   tanto a CPMF quanto a contribui  o de inativos até março, e que a cobrança começará em julho, dispensando as medidas anunciadas ontem, a equipe econ  mica transformou a mudança na dedu  o dos juros pelas empresas em regra permanente. A medida afeta o cálculo da Contribui  o Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e vai render R\$ 4 bilhões ao ano. Mas como são começará a ser recolhida em julho, entrarão R\$ 2 bilhões no caixa do Tesouro em 99. Nos anos seguintes, o Governo poderá contar com esses recursos, ficando com uma arrecada  o maior que a prevista.

— A medida não tem tempo determinado mas não quer dizer que seja definitiva. Dependerá das necessidades — disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Até este ano, quando as empresas tomavam empréstimos podiam abater da CSLL o valor gasto com juros. Com a proibi  o, as despesas totais v  o diminuir, o que fará com que a alíquota de 8% incida sobre valor mais alto, obrigando as empresas a pagarem mais imposto.

Recursos da privatiza  o já estão no BNDES e serão repassados ao Tesouro

A antecip  o de recursos da privatiza  o da Telebrás será feita com o repasse para o Tesouro de R\$ 1,4 bilhão que já estão no caixa do BNDES. Esse dinheiro ingressou no país numa negocia  o com as empresas internacionais que venceram o leilão. O objetivo da opera  o, feita logo após a crise da Rússia, era aumentar a entrada de dólares no país. Os recursos são dever  iam entrar nos cofres da União em agosto de 2000, quando venceria a última parcela da venda das empresas, mas o Governo resolveu antecipar a opera  o. A emenda constitucional que cria a nova CPMF estabelece que a alíquota de 0,38% vigorará por 12 meses. Como a cobrança são será possível, na melhor das hipóteses, em julho, acabará em julho de 2000. Assim, o Governo terá dinheiro sobrando no primeiro semestre daquele ano em rela  o às previsões iniciais. Por isso resolveu trazer parte das receitas para 1999.

— Nos primeiros seis meses do ano 2000, a CPMF deve render entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 2 bilhões, mas são estamos antecipando R\$ 1,4 bilhão, valor inferior ao que ganharemos com a CPMF — disse o secretário de Política Econ  mica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.



O MINISTRO Malan, ao anunciar o minipacote: "As medidas representam o compromisso inabalável do Governo com o cumprimento das metas"